

Mudanças econômicas e transformações espaciais seletivas na rede urbana cearense no período de 1990-2010.

Francisco do O' de Lima Júnior¹

Resumo

Este artigo objetiva estudar os reordenamentos da rede urbana cearense durante os anos de 1990 a 2010 tendo como hipótese a noção de ajustes espaciais em atendimento à dinâmica de inserção no padrão de desenvolvimento capitalista contemporâneo. O trabalho seguiu método descritivo histórico-estrutural e utilizou-se dados secundários de órgãos oficiais como IBGE, MIDIC, e IPECE. Observou-se que os mecanismos de ajustes conformam o atual sistema urbano estadual, funcionalizados pela emergência de três arranjos estruturais urbanos nítidos que são: o avanço na metropolização, o gradativo crescimento de alguns centros intermediários constituídos por cidades médias polos de atração industrial incentivada e os pequenos centros ligados às reservas dos espaços rurais em modernização via fruticultura de irrigação.

Palavras-chaves: Rede Urbana; Ceará; Arranjos estruturais urbanos.

Abstract

This article aims to study the rearrangements of Ceará urban network during the years 1990-2010 under the hypothesis the notion of spatial adjustments in response to the dynamic insertion pattern of contemporary capitalist development. The work followed historical-structural descriptive method was used secondary data from official bodies such as IBGE, MIDIC and IPECE. It was observed that conform mechanisms to adjust the current state urban system, functionalized by the emergence of three crisp urban structural arrangements that are advancing the metropolis, the gradual growth of some intermediate centers consisting of medium-sized cities poles of attraction encouraged industrial and small centers linked to the reserves in the modernization of rural areas via horticulture irrigation.

Keywords: Urban Network; Ceará; Urban structural arrangements.

Área Temática: Capitalismo e Espaço

Sub área: Estruturas e dinâmicas urbanas.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar os reflexos das mudanças econômicas recentes sobre os reordenamentos espaciais expressos na rede urbana do Estado do Ceará utilizando como periodização o período de 1990 a 2010. A hipótese é que esta dinâmica promoveu ajustes espaciais seletivos onde se sobressaem arranjos estruturais urbanos que lhes são funcionais como os processos i) de metropolização, ii) crescimento de cidades médias e iii) inserção das pequenas cidades como reservas de fatores para transformação, articulando os mundos rural e urbano.

¹ Doutor em Economia pelo IE-UNICAMP, Área Economia Regional e Urbana. Mestre em Economia pelo IE-UFGO. Pesquisador do CEDE/IE-UNICAMP e do Arbeitsgruppe Entwicklungs-und Nachhaltigkeitsforschung - AGEF, Universidade de Innsbruck – Áustria. Professor Adjunto do Departamento de Economia da URCA, Crato/CE. E-mail: limajunior_economia@yahoo.com.br

Os efeitos estruturais sob o complexo urbano são captados em diversas óticas abrangendo amplo leque de categorias que dão contribuições na elaboração de uma resposta à hipótese elaborada, permitindo entender como o espaço cearense responde ao macro contexto econômico a partir das articulações feitas pelo seu sistema urbano.

O trabalho está dividido em duas partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira são tratadas algumas notas sobre os movimentos da dinâmica econômica recente e suas implicações sobre a rede urbana cearense.

A segunda seção discute de forma mais direta os movimentos de ajuste e a emergência dos concernentes arranjos estruturais urbanos que consolidam territorialmente tais ajustes em assincronia com a proposição de “*spatial fix*” preconizada por Harvey (2005, p. 121. Estes arranjos são analisados especificamente em cada uma das sub seções, e na sequência a seção com as considerações finais.

2. Mudanças econômicas, transformações espaciais e os movimento de ajuste.

A configuração que deriva da análise do sistema urbano do Ceará, com base dos fluxos de influência dos seus centros, resulta na disposição de uma organização em que a hierarquia determinada traduz seguramente as formas de inserção no padrão de divisão territorial do trabalho predominante, dado pelos movimentos da dinâmica produtiva.

As delimitações dadas por este padrão ditaram as condições em que se assentaram os vetores da economia a partir dos anos 1980 com a arrancada da gestão modernizadora denominada de “Governo das Mudanças”. A apropriação espacial seletiva nesta rodada da acumulação capitalista, operacionalizada no tripé condutor das mudanças (agronegócio-indústria-turismo) sedimentou o aspecto contraditório que caracteriza este sistema urbano onde mutação-permanências não são embates com relação recíproca.

As mutações se verificam sob diversas óticas. A começar pela processual desconcentração econômica com redução da participação da capital do estado em alguns indicadores. Conforme Tabela 2, Fortaleza concentrava 61,5% do PIB das atividades industriais em meados dos anos 1980, reduzindo esta participação para 42% em 2010. No setor terciário sensíveis mudanças também se verificaram com uma queda na participação da capital de 62,7% para 51% (Tabela 3). Neste grande setor, três segmentos foram líderes de queda do percentual de participação fortalezense entre os anos de 1991 e 2010: o Comércio (de 58,2% para 54,1%), Prestação de Serviços (incluindo Alojamento, Alimentação e Serviços Domésticos) (70,6% para 54,3%) e Serviços da Administração Pública (de 57,5% para 45,3%) (Tabela 4).

Tabela 1 – Ceará: Dez maiores PIB's municipais na Agropecuária 1985-2010.

Tabela 1 - Ranking dos maiores PIB's municipais da Região Ocidental 1985-2010.									
1985				2000			2010		
	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado
1º.	Iguatu	64,5	2,8	Tianguá	37,6	2,5	Tianguá	36,6	2,9
2º.	Quixadá	63,0	2,7	Ibiapina	28,3	1,8	Icapuí	35,7	2,8
3º.	Itapipoca	60,5	2,6	Itapipoca	25,0	1,6	Aracati	29,8	2,4
4º.	Quixeramobim	50,7	2,2	Quixadá	23,9	1,6	São Benedito	24,5	1,9
5º.	Morada Nova	50,2	2,2	Ubajara	23,8	1,6	Ibiapina	24,5	1,9
6º.	Acaraú	48,6	2,1	Aracati	23,2	1,5	Limoeiro do Norte	23,5	1,9
7º.	Tauá	48,5	2,1	Quixeramobim	23,1	1,5	Russas	23,4	1,8
8º.	Acopiara	44,6	1,9	Limoeiro do Norte	22,2	1,4	Guaraciaba do Norte	22,0	1,7
9º.	Aracati	42,9	1,9	Iguatu	21,9	1,4	Morada Nova	20,1	1,6
10º.	Maranguape	40,5	1,8	Tauá	19,9	1,3	Ubajara	19,4	1,5
TOTAL		519,9	22,3		248,9	16,2		259,5	20,5

Fonte: PIB's Municipais (IBGE, 2013)

Tabela 2 – Ceará: Dez maiores PIB'S municipais na Indústria 1985-2010.

Tabela 2 - Cidades com maiores PIB's municipais na indústria 1985-2010.									
1985				2000			2010		
	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado
1º.	Fortaleza	2.490,5	61,5	Fortaleza	1.955,0	40,6	Fortaleza	3033,8	42,0
2º.	Maracanaú	305,6	7,5	Maracanaú	672,2	13,9	Maracanaú	811,7	11,2
3º.	Sobral	140,9	3,5	Sobral	282,5	5,9	Sobral	337,3	4,7
4º.	Caucaia	99,4	2,5	Caucaia	152,3	3,2	Caucaia	336,1	4,7
5º.	Juazeiro do Norte	76,0	1,9	Eusébio	150,5	3,1	Eusébio	260,3	3,6
6º.	Aracati	73,8	1,8	Pacajus	126,5	2,6	Horizonte	192,4	2,7
7º.	Aquiraz	66,7	1,6	Horizonte	122,0	2,5	Juazeiro do Norte	150,0	2,1
8º.	Maranguape	57,9	1,4	Juazeiro do Norte	90,4	1,9	Aquiraz	115,2	1,6
9º.	Cascavel	50,5	1,2	Aquiraz	65,9	1,4	Maranguape	114,1	1,6
10º.	Pacajus	46,3	1,1	Cascavel	62,0	1,3	Pacatuba	96,6	1,3
TOTAL		3.407,6	84,1		3.679,3	76,3		5.447,4	75,4

Fonte: PIB's Municipais (IBGE, 2013)

Tabela 3 – Ceará: Dez maiores PIB'S municipais nos Serviços 1985-2010.

Tabela 3 - Cidades 202 maiores PIB's municipais nos Serviços 1985-2010.								
1985			2000			2010		
Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado

1º.	Fortaleza	5.336,6	62,7	Fortaleza	7.493,8	55,1	Fortaleza	11.211,5	51,0
2º.	Maracanaú	201,6	2,4	Maracanaú	453,7	3,3	Maracanaú	742,0	3,4
3º.	Juazeiro do Norte	137,3	1,6	Caucaia	372,0	2,7	Caucaia	678,9	3,1
4º.	Sobral	135,6	1,6	Sobral	367,0	2,6	Juazeiro do Norte	634,8	2,9
5º.	Crato	122,8	1,4	Juazeiro do Norte	328,1	2,4	Sobral	557,9	2,5
6º.	Caucaia	118,5	1,3	Crato	186,5	1,4	Crato	275,4	1,3
7º.	Iguatu	82,1	1,0	Iguatu	146,0	1,1	Quixeré	263,6	1,2
8º.	Quixadá	78,9	0,9	Maranguape	104,3	0,8	Iguatu	238,2	1,1
9º.	Maranguape	78,2	0,9	Eusébio	103,9	0,8	Eusébio	187,1	0,9
10º.	Aracati	71,6	0,8	Itapipoca	99,1	0,7	Itapipoca	178,6	0,8
TOTAL		6.636,2	74,7		9.654,3	71,0		14.967,8%	68,1

Fonte: PIB's Municipais (IBGE, 2013)

No campo da Agropecuária, as mutações se expressaram na substituição do relativo peso da produção de culturas tradicionais, geralmente localizadas nas mesorregiões mais atrasadas (Sertões e Centro Sul Cearenses), por aquelas voltadas ao cultivo em atividades de inserção externa (situadas nos municípios de Tianguá, São Benedito, Icapuí, Aracati, Russas e Limoeiro do Norte), elevando a participação destes municípios no PIB Agrícola. Os três últimos despontaram como centros intermediários na articulação da Mesorregião Jaguaribe, maior produtora de fruticultura irrigada. Além das evidências territorializadas, as setorializadas se adicionam ao conjunto de transformações, o deslocamento da antiga agricultura de sequeiro voltada pra culturas tradicionais, por ramos mais modernos, de irrigação e prioritariamente destinados ao comércio externo. Os programas de irrigação e a própria política hídrica estadual passam a atender esta lógica.

Na oferta de serviços, primordiais para captar o grau de influência dos centros urbanos sobre determinada região (ROCHEFORT, 1998, p. 19), o movimento de mutação foi intenso. A queda de participação de Fortaleza nos ramos comerciais acima apontadas são absorvidas pelas mesorregiões interioranas conforme abalizam os dados da Tabela 4. O crescimento do Comércio no interior se deu mais no nível varejista. Este crescimento reflete as transformações econômicas de inclusão de massas ao consumo e também associa-se à modernização destes padrões vivenciada em muitas cidades médias que também receberam grandes empresas comerciais e de serviços como shoppings e redes de supermercados.

No âmbito das permanências, associadas à noção de rugosidades impressas na formação e consolidação do complexo urbano cearense, algumas características se conservam com o avanço das mutações citadas (SANTOS, 1985, p. 132). O processo de desconcentração apontado pode ser tido como um deles e ocorre em dois sentidos aproximando da adjetivação de uma “desconcentração concentrada”.

O primeiro destes sentidos ocorre na consolidação do predomínio não somente de Fortaleza mas da Região Metropolitana revisitando o conceito de primazia extrapolando-o para a noção de espaço primaz que incorpora também a dinâmica dos centros urbanos imediatamente adjacentes. O segundo sentido em que ela se manifesta, é através da definição dos centros intermediários estratégicos como polos de desenvolvimento reproduzindo a concentração em escalas menores. Maioria destes centros é formada pelos tradicionais polarizadores de atividades que despontavam como tal em outros momentos da história deste complexo urbano como Sobral, o aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, Iguatu, Crateús, Quixadá, Itapipoca (COSTA E AMORA, 2009, p. 1).

Observando o setor de serviços, embora também haja ampliação de participação de outros centros, em alguns ramos mais específicos como o de serviços e consumos mais sofisticados, o processo é inverso. Nos Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas, que compreendem algumas atividades mais elaboradas e com formação profissional-técnica mais específica, a participação da Mesorregião Metropolitana se eleva de 57,6% para 75,8% (Tabela 4).

Outra constatação está na montagem dos fixos de infraestrutura pesada que reafirma a concentração espacial metropolitana nas melhorias de acesso entre os centros de produção e a RMF que é o principal canal de ligação/escoamento. A implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, para além da intensão de dar continuidade às etapas de industrialização estadual na instalação de uma indústria de bens intermediários, traduz as necessidades competitivas com boa estrutura de transporte.

A mobilização tentada explicita-se sob a ótica de um estado moderno e competitivo, avançando no seu projeto de inserção externa. A participação das atividades que protagonizaram a reestruturação produtiva e espacial, tanto nos ramos agrícolas como industriais, prevalece no quantum das exportações..

Tabela 4 – Ceará e Mesorregiões Cearenses: Taxa de participação nas ocupações das atividades terciárias (%) 1991-2010.

	NOROESTE			NORTE			METROPOLIT ANA			SERTÕES			JAGUARIBE			CENTRO-SUL			SUL		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Comercio	10,6	11,6	11,2	7,1	7,9	8,0	58,2	53,6	54,1	6,6	7,0	7,1	4,3	5,3	5,0	3,4	3,7	3,8	9,8	10,9	10,7
Transportes e comunicação	10,5	11,4	8,7	7,6	8,5	7,1	57,5	52,2	62,0	5,7	7,5	5,7	6,0	5,8	4,3	3,0	3,9	2,9	9,7	10,7	9,4
Serv. Aux. das ativ. Econômicas ¹	10,4	6,4	5,8	7,6	6,1	3,7	57,6	67,6	75,8	5,7	5,5	3,9	6,0	4,3	2,7	3,0	2,3	2,1	9,7	7,7	6,1
Prestação de serviços ²	7,5	12,4	11,4	4,0	9,7	9,6	70,6	50,7	54,3	3,4	7,8	7,3	4,4	5,5	4,8	2,6	4,2	3,4	7,5	9,8	9,2
Social ³	12,6	11,1	10,7	9,8	8,9	8,8	45,2	54,3	57,2	10,3	7,3	6,8	6,2	5,2	4,5	5,3	3,8	3,2	10,7	9,3	8,8
Atv. Financ. e de seguro ⁴		5,2	7,7		1,7	6,3		79,8	67,9		2,6	5,1		1,2	2,9		2,6	2,4		6,9	7,6
Administração pública	8,6	13,7	13,7	7,8	10,9	11,3	57,5	44,6	45,3	8,1	10,1	9,4	6,5	6,5	5,8	3,8	5,4	4,1	7,6	8,9	10,4
Outras atividades	9,4	10,4	8,8	5,0	7,5	7,4	67,6	53,6	62,3	3,5	7,0	5,6	4,1	6,9	4,5	2,3	3,6	2,7	8,1	10,9	8,7
TOTAL	10,7	11,4	10,9	7,7	8,7	8,6	55,7	53,1	55,0	7,3	7,5	7,0	5,3	5,5	4,8	3,8	3,9	3,5	9,6	9,9	9,6

Fonte: Censos Demográficos (1991; 2000; 2010)

Notas: ¹ Serviços Técnico-profissionais

² Compreende Alojamento, Alimentação e Serviços Domésticos

³ Educação, Saúde e Serviços

⁴ Não disponível para nível Mesorregional em 1991.

Embora não seja objetivo o aprofundamento de particularidades do desempenho do Comércio Exterior estadual, algumas ressalvas acerca são necessárias tendo em vista a estratégia de inserção competitiva externa tão apregoada nos discursos que justificaram a política econômica modernizante das quais derivaram as apropriações espaciais seletivas que moldam o sistema urbano atual. A espoliação de atributos como recursos hídricos escassos mas disponibilizados pelo poder público, força de trabalho a baixo custo e recursos públicos que financiam os empreendimentos incentivados ancoram a defendida competitividade.

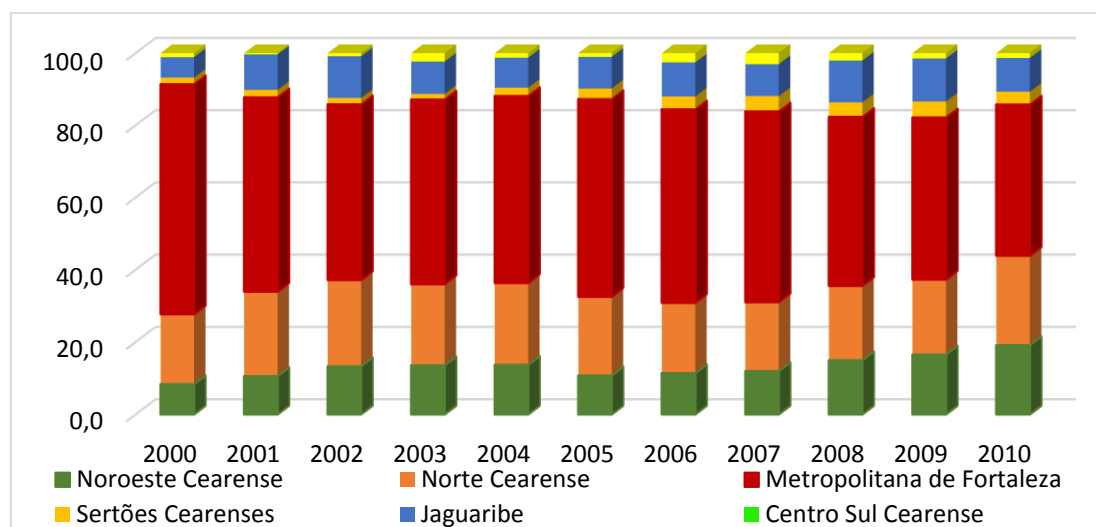
Uma delas é a análise das exportações por produtos, tendo destaque os provenientes da fruticultura irrigada, seja de culturas permanentes ou temporárias, como a castanha-de-caju, que em 2010 detinha 14,3% das exportações estaduais e o melão, com 5,8%². Quando se considera a lista dos 20 produtos mais exportados pelo Ceará a partir de 2000, os demais produtos são itens que formam o setor de Calçados e seus ramos componentes de Plástico e/ou Couro (com 36,1%, 36,5% e 41,4% dos produtos exportados em 2000, 2005 e 2010), acompanhados pelo setor Têxtil (2%, 2,1% e 2,8% nos mesmos anos). Tem relevância ainda na lista produtos como pescados e ceras.

Para evidenciar as formas em que a dinâmica acima se reproduz no espaço e na rede urbana, o Gráfico 1 e a Tabela 5 apresentam respectivamente a participação nas exportações estaduais por mesorregião e a participação dos 20 maiores municípios exportadores.

No Gráfico, a paulatina redução da participação da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza é absorvida na expansão das demais mesorregiões. Isto é observado sob duas perspectivas: por uma lado, ampliam-se aquelas com dinamismo na fruticultura, como é o caso das Mesorregiões Jaguaribe e Norte Cearense, por outro lado, é também compensada na participação daquelas que abrigam municípios com empreendimentos no segmento calçadista e seus componentes, sendo constituído por quase todas as mesorregiões.

Gráfico 1 – Mesorregiões Cearenses: Participação nas exportações estaduais segundo domicílio fiscal (%) 2000-2010.

² A castanha-de-caju é o primeiro produto das exportações do Ceará desde 2000, quando sozinho alcançou a cifra de 27,7% das exportações. Em 2005, embora a participação reduza pela metade, continua sendo o primeiro produto da lista com 14,5%.



Fonte: Elaboração a partir de SECEX-MDIC

Já na Tabela, à exceção de Fortaleza e Maracanaú, por serem parques mais diversificados, prevalece também a participação de municípios que tiveram a instalação de empreendimentos no ramo de Calçados como Sobral (que tem a maior unidade de produção de calçados do Ceará, a Grendene S.A), Itapajé, Itapipoca, Juazeiro do Norte e Crato, ou aqueles de produção nos demais ramos na pauta apontada acima como Icapuí, Aracati, Itarema, Ubajara, Limoeiro do Norte, na fruticultura ou de pescados.

Tabela 5 – Ceará: Participação dos 20 maiores municípios exportadores (%) segundo sede fiscal 2000-2010.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Fortaleza	43,8	32,3	30,3	31,1	27,3	25,4	26,3	23,6	19,1	21,9	20,9
Sobral	6,4	6,6	6,3	7,7	7,7	6,6	8,0	8,0	10,8	11,9	14,2
Cascavel	13,7	16,0	15,6	15,4	14,9	13,7	12,5	11,8	12,5	11,9	12,7
Maracanaú	16,7	16,2	10,8	14,3	18,4	21,0	20,8	20,0	18,2	12,0	11,7
Itapajé	3,1	4,1	4,6	4,0	3,6	4,0	5,0	5,5	5,7	5,2	6,5
Icapuí	0,5	1,0	1,6	1,1	0,6	0,3	0,8	1,2	4,1	5,4	6,0
Horizonte	1,5	2,3	1,1	1,6	2,2	3,7	3,8	4,5	3,8	3,5	3,6
Uruburetama	0,7	0,4	0,7	1,5	3,1	3,9	1,8	1,5	1,9	2,3	3,2
Quixeramobim	1,2	1,5	1,2	0,9	1,6	2,4	2,9	3,7	3,3	3,9	3,1
Caucaia	2,3	1,9	1,7	1,2	1,3	2,4	1,9	2,7	2,7	3,1	2,7
Itarema	0,6	0,9	1,5	1,2	0,5	0,8	1,3	1,3	1,2	1,6	2,4
Aquiraz	0,0	0,0	0,1	0,2	0,4	0,2	0,8	1,8	2,1	2,9	2,1
Aracati	3,1	2,4	1,7	1,8	4,5	5,2	4,4	2,9	2,0	2,0	1,8
Eusébio	0,3	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	1,5	2,0	1,5
Ubajara	0,0	0,1	0,0	0,0	0,8	0,2	0,2	0,7	1,0	1,5	1,4
Paraipaba	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,2	0,2	0,6	1,3
Limoeiro do Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,5	1,1	1,7	1,9	1,6	0,9
Itapipoca	0,0	0,1	0,1	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7

Juaz. do Norte	0,1	0,1	0,0	1,3	0,4	0,1	1,9	2,5	1,5	0,8	0,7
Crato	1,1	0,3	0,8	1,0	0,9	0,9	0,8	0,6	0,5	0,6	0,7
Total dos 20	95,3	86,6	78,5	85,1	89,3	91,8	95,2	94,8	94,4	95,0	97,9
Demais	4,7	13,4	21,5	14,9	10,7	8,2	4,8	5,2	5,6	5,0	2,1
Municípios											

Fonte: SECEX/MDIC

As rápidas evidências sobre Comércio Exterior constituem mais uma das permanências aqui levantadas pelo resgate da estratégia de uma economia com inserção externa fundada na oferta de produtos com pouco valor agregado, de ramos tradicionais da indústria ou produtos agrícolas parcamente beneficiados. O papel cearense executado outrora, cuja inserção se dava por meio algodão, tecidos e ceras é renovado sob os moldes ditados na modernização econômica.

Desta forma, as reestruturações produtiva e espacial articuladas pela rede urbana se acomodam, privilegiando concentração e inserção externa na reprodução espacial. Os estudos do IBGE através das Influências de Cidades apresentados pelo REGIC 2008 para o Ceará refletem a amplitude da relação destas mutações-permanências, que na sua ossatura reafirmam a rede como plataforma passiva de divisão espacial do trabalho em ajustes constantes, fornecendo arranjos estruturais sob os determinantes da renovação da lógica de acumulação (CORRÊA, 2011, p. 25). A hipótese de ajustes deste complexo como decorrência das implicações de inserção da economia brasileira à dinâmica das mudanças do sistema capitalista mundial fica explícita e dentre tais arranjos estruturais é possível ordená-los na dinâmica em três perfis de espacialização: o movimento de metropolização, a evolução das cidades médias e a inserção dos demais níveis de cidades.

3. Os arranjos estruturais urbanos da rede cearense.

3.1.1. A Região Metropolitana de Fortaleza.

Alguns aspectos compreendidos na convergência para o processo de Metropolização de Fortaleza estão presentes ao longo da formação econômica cearense. As estruturas de ocupação espacial implantadas e transformadas também no bojo desta formação, já colocam em si os fundamentos do grande peso que Fortaleza e sua região metropolitana firmaram como topo da rede urbana estadual. O elemento catalisador esteve no papel exercido pelo capital mercantil com base na agro exportação algodoeira.

A discussão teórica sobre o fenômeno metropolitano no Brasil é profícua e marcada por debates importantes³. Figura nestes debates os rumos que a metropolização tomou na capital cearense investigando os seus fundamentos, a sua expansão e seus respectivos eixos, os processos de segregação, as particularidades da sua expansão imobiliária, as questões sociais e do mercado de trabalho, dentre outros⁴.

No momento inicial, o surgimento das metrópoles brasileiras esteve associado ao processo de rápida industrialização, implantada a partir do eixo dinâmico Sul-Sudeste e sob o comando paulista em pleno vapor do PSI e diversificação/integração produtiva nacional. A localização industrial, preconizando a concentração, conduziu a urbanização também concentrada das grandes cidades, sendo a maioria capitais estaduais⁵.

Quando se observa o arranjo espacial presente na metropolização de Fortaleza, são evidentes as relações cumpridas pelo papel da indústria induzida pela modernização vivenciada com a implantação do III Polo Industrial do Nordeste no final dos anos 1970. Seu caráter metropolitano se dá portanto na última daquelas etapas de integração do mercado produtivo nacional.

É conveniente lembrar que as mudanças institucionais executadas da segunda metade dos anos 1950 em diante, no âmbito dos governos estaduais, acompanhando as ações de planejamento e promoção do desenvolvimento ora em vigor no Brasil, fizeram parte de um estágio de ações que sedimentaram os elementos propícios à expansão da capital cearense. Dentre eles estão a criação do BNB, a instauração da Universidade Federal do Ceará, a ligação à rede de eletrificação vinda de Paulo Afonso. Não se pode prescindir ainda a relação feita entre as fases de expansão populacional de Fortaleza com os momentos de manifestação da intempérie climática da seca que situa os períodos pontuais de crescimento da população da capital antes dos anos 1950.

A partir de então os dois vetores se somaram ocasionando explosão das taxas de aumento demográfico (Tabela 6). Os períodos de 1950-1960 e 1960-1970 foram as fases de maior crescimento, com respectivas taxas de 6,7% a.a. e 5,1% a.a., quando se combinaram uma forte seca (de 1958) com amplas transformações institucionais fazendo

³ Atualmente boa parte desta discussão toma os caminhos acerca dos instrumentos de governança metropolitana como um dos grandes desafios da questão urbana brasileira (GOUVEIA, 2005, p. 21).

⁴ Algumas referências como Bernal (2004), Rufino (2009; 2012); Pequeno (2009); Bozarcchiello (2007); Dantas (2011) tratam com profundidade destes aspectos.

⁵ Lencione (2006, p. 49) lembra que instauração e consolidação do fato metropolitano não necessariamente está associado ao avanço das atividades industriais e sim mais diretamente aos serviços ampliados e diversificados.

de Fortaleza um centro de serviços diversificados pela criação/instalação de vários órgãos federais e estaduais. (BOZARCCHIELLO, 2007, p. 102).

Tabela 6 – Brasil, Nordeste, Ceará e Fortaleza: Taxa de Crescimento da População Residente 1872-2010.

Anos	Brasil	Nordeste	Ceará	Fortaleza
1872-1890	2,1	1,4	0,6	-0,2
1890-1900	2,0	1,2	0,5	1,7
1900-1920	2,9	2,6	2,2	2,5
1920-1940	1,5	1,3	2,3	4,3
1940-1950	2,3	2,2	2,6	4,1
1950-1960	3,2	2,2	2,2	6,7
1960-1970	2,9	2,5	3,0	5,1
1970-1980	2,5	2,1	1,8	4,5
1980-1991	1,8	1,7	1,5	2,8
1991-2000	1,6	1,3	1,7	2,1
2000-2010	0,9	0,8	1,0	0,8

Fonte: IBGE (Censos, vários anos).

Se compunham então os sinais do que viria a ser a metrópole e lançavam-se as bases para, num estágio posterior, quando do avanço das ações da SUDENE, a industrialização passasse a ser um dos protagonistas do crescimento da capital e da sua região metropolitana com o III Polo Industrial. O processo de mudanças empreendido pelo conjunto de ações dos anos 1980 em diante aprofundariam a metropolização, imprimindo-lhe feições mais nítidas com intensificação, modernização e diversificação de serviços, transformações na dinâmica de divisão do trabalho do espaço metropolitano renovando os eixos de ocupação da atividade econômica (RUFINO, 2009, p. 15).

A partir da segunda metade da década de 1970, o padrão metropolitano de crescimento ganha força tanto pelo crescimento populacional quanto pela ampliação na participação das atividades econômicas. Adiciona-se ainda a gradativa incorporação de municípios vizinhos, processo no qual a instalação do Distrito Industrial foi ponto importante⁶.

⁶ A RMF, criada em 1973 juntamente com as demais RM's, originalmente contava com cinco municípios (Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Aquiraz e Pacatuba). Foi ampliada em 1986, com o desmembramento de Maracanaú do município de Maranguape (ocorrido em 1983), em 1991, com a inclusão de Eusébio e Guaiúba, em 1999, com a entrada de Itaitinga, Chorozinho, Pacajus e São Gonçalo do Amarante e, em 2009, incluindo Pindoretama e Cascavel. (LCF 14/73; LCF 52/86; LE 11.845-91; LCE 18/99 E LCE 78/09).

A Tabela 7, com o tamanho populacional dos municípios da RMF e os do Ceará como um todo, subsidia a compreensão temporal deste processo. Os municípios vão sendo inseridos à medida que foram incorporados à RMF, embora alguns deles já fossem emancipados desde os anos 1970 (como é o caso de Cascavel, Pacajus e São Gonçalo do Amarante).

A primeira constatação importante é a manutenção do crescimento mais elevado para a RMF do que o verificado em nível estadual em todos os períodos considerados. Isto ocorre principalmente nas duas primeiras décadas. Esse comportamento e o gradual aumento do número de municípios metropolitanos culmina com um quadro de forte concentração populacional na RMF, alcançando em 2010 a parcela de 42,8% da população estadual. Com o passar do tempo, progressivamente vai se observando uma redução do crescimento populacional do núcleo metropolitano, substituído por aqueles municípios que vão se sobressaindo nas atividades econômicas com destaque para Caucaia, Maranguape e Pacatuba num primeiro momento, e depois pelos demais municípios que vão se integrando à RMF como Horizonte, Eusébio e Maranguape.

No conjunto, toda a RMF teve incremento nos períodos apontados. A redução em Maranguape entre 1980-1991, e em Pacatuba no período seguinte decorrem dos respectivos desmembramentos dos municípios de Maracanaú e Itaitinga. Os dois novos municípios continuaram fazendo parte da RMF.

Tabela 7 – Ceará e RMF: População Total 1970-2010.

	1970	1980	1991	2000	2010
RMF	1.036.779	1.580.069	2.149.866	2.950.899	3.615.767
Aquiraz	32.507	45.112	46.305	60.469	72.628
Cascavel					66.142
Caucaia	54.754	94.106	165.099	250.479	325.441
Chorozinho				18.707	18.915
Eusébio			20.410	31.500	46.033
Fortaleza	857.980	1.307.608	1.768.637	2.141.402	2.452.185
Guaiúba			17.562	19.884	24.091
Horizonte					55.187
Itaitinga				29.217	35.817
Maracanaú				179.732	209.057
Maranguape	59.622	91.137	71.705	88.135	113.561
Pacajus				44.070	61.838
Pacatuba	31.916	42.106	60.148	51.696	72.299
Pindoretama					18.683
São Gonçalo do Amarante				35.608	43.890

CEARÁ-RMF	3.320.661	3.708.360	4.216.781	4.479.762	4.836.614
CEARÁ	4.357.440	5.288.429	6.366.647	7.430.661	8.452.381

Fonte: Censos Demográficos (1970; 1980; 1991; 2000; 2010)

Na dinâmica econômica, é possível traçar algumas notas fundadas na realidade dada pela espacialidade contida nos indicadores da análise da estrutura produtiva. No caso da Indústria de Transformação, ramo em que mais se direcionaram ações governamentais com medidas e programas específicos objetivando a interiorização do seu desenvolvimento, há clara configuração de uma “desconcentração concentrada”.

Observou-se que dos investimentos industriais subvencionados por tais programas, Fortaleza deixa de ser o principal destino das implantações mas estes permanecem em grande peso relativo nos municípios da RM. O espraiamento em direção a outros municípios metropolitanos passa a priorizar por ordem de importância os municípios de Maracanaú, Caucaia, Eusébio, Cascavel, Aquiraz, Itaitinga e São Gonçalo do Amarante. Ademais, vale destacar que outros municípios não metropolitanos recebem investimentos industriais em ramos mais tradicionais, ficando os setores mais dinâmicos na RMF como Equipamentos de Informática e Eletrônicos, Químicos, Equipamentos de Transporte, Farmoquímicos, dentre outros. Houve ainda a expansão do Polo Têxtil de Maracanaú, com a implantação de 22 novos empreendimentos que geraram 26,5 mil novos empregos.

A elevada participação da RMF é confirmada também através da análise que tem como corte o PIB Industrial que dá a dinâmica do PIB como um todo exposta na Tabela 8. A evolução de desconcentração metropolitana é clara com redução da participação de Fortaleza que é absorvida por outros municípios também não metropolitanos, tendo em vista que sua queda é bem maior que a expansão da RMF como um todo. Esta tendência é mais evidente a partir dos anos 1990, quando avançam as medidas de interiorização com incentivos fiscais, já enfatizada.

Tabela 8 – Ceará e RMF: Participação no PIB Industrial (%) 1970-2010.

	1970	1985	1991	2000	2010
RMF	69,4	70,7	77,6	71,5	71,9
Aquiraz	0,3	0,9	1,6	1,4	1,6
Cascavel	0,4	0,4	1,2	1,3	0,8
Caucaia	1,6	2,4	2,5	3,2	4,7
Chorozinho				0,1	0,1
Eusébio				3,1	3,6
Fortaleza	62,5	60,7	61,5	40,6	42,0

Guaiúba				0,1	0,1
Horizonte				2,5	2,7
Itaitinga				0,2	0,3
Maracanaú			7,5	13,9	11,2
Maranguape	3,0	4,1	1,4	1,2	1,6
Pacajus	1,0	1,4	1,1	2,6	1,1
Pacatuba	0,7	0,5	0,5	1,1	1,3
Pindoretama				0,1	0,1
São Gonçalo do Amarante		0,1	0,1	0,3	0,8
CEARÁ-RMF	30,6	29,3	22,4	28,5	28,1
CEARÁ	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2012)

No setor Terciário a desconcentração com a redução de participação metropolitana também se desdobra, conforme foi verificado na Tabela 4. Muito contribuiu, a expansão do ramo de Comércio com a difusão dos padrões de consumo urbanos pelo interior, manifestados na grande expansão do Comércio Varejista.

Este e outros movimentos da relativa redução do papel da metrópole precisam ser melhor adjetivados contemporizando-os a outros fenômenos. A conversão da metrópole em capital de atividades como o turismo, com aprimoramento em ramos ligados à atividade é um dos indicativos desta transformação demonstrado na expansão do número de estabelecimentos do setor e imprimindo-lhe um aspecto de “metrópole híbrida” dividida entre as atividades da indústria e do turismo (PAIVA, 2011).

Também se processa mesma dinâmica em outros ramos especializados e mais sofisticados, como o de Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas, que incluem atividades de consultoria e processos decisórios de comando sobre a produção e demais serviços. Nestes, a metrópole dita o maior crescimento (Ver Tabela 4).

O amoldamento do papel firmado pela metrópole cearense nas transformações econômicas é portanto um dos instrumentos em grande envergadura de apropriação espacial da rede urbana. Concentrando atividades de comando, desconcentrando atividades produtivas para as quais as margens à escala são mais amplas em espaços espalhados a partir do seu eixo de influência, a metropolização não se desvincula dos ajustes, tendo um papel estratégico na captura dos fluxos sobre o espaço cearense e seus vínculos com outras arenas. As amarras são inteiradas por outras estruturas urbanas que espacializam a lógica dos ajustes.

3.1.2. O papel das cidades médias.

Em decorrência dos papéis funcionais desempenhados no exercício de suas influências, o padrão de cidade média aqui considerado para o Ceará é o daqueles centros cujas hierarquias apontam para a atuação de funções articuladoras em nível regional, por meio de relações de intermediação entre um relativo número de cidades pequenas e os centros maiores (SPÓSITO, 2007, p. 234). Extrapolam-se assim as limitações dadas pela utilização única no critério do tamanho populacional.

Utilizou-se como referência as distinções hierárquicas dadas pelo IBGE através dos estudos sobre Regiões de Influência de Cidades – REGIC 2008. De acordo com este estudo, o sistema urbano do estado está hierarquizado nos seguintes níveis: após a Metrópole Regional Fortaleza, estão destacadas as Capitais Regionais C de Sobral e Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, seguidas pelos Centros Sub-regionais A de Crateús, Iguatu e Quixadá, pelos Centros Sub-regionais B de Itapipoca e pelos 17 Centros de Zona divididos nas categorias A e B. Os demais núcleos urbanos são classificados como Centros Locais sendo o nível de classificação mais elementar.

Mesmo considerando que existe determinado exercício desta função por parte dos Centros de Zona, admitiu-se seu desempenho primordial pelas cidades com níveis hierárquicos superiores a este. Desta forma, além das Capitais Regionais C de Sobral e Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, serão considerados os Centros Sub-regionais A de Crateús, Iguatu e Quixadá, o Centro Sub-regional B de Itapipoca⁷.

Além das funções de influências apontadas pelo REGIC 2008, a relevância destes centros no panorama estadual é verificada por alguns indicadores exibidos na Tabela 9. Entre 1991 e 2010, o conjunto formado pelos seis centros expandiu sua participação estadual tanto em população quanto em PIB: de 11,3% para 11,6% na população e de 9,1% para 10,2% do PIB. As variações podem parecer sutis. No entanto, quando se considera que, excluindo-se os municípios de Itapipoca e Sobral, se trata de municípios mais afastados das externalidades metropolitanas, elas ganham relevância.

Tabela 9 – Cidades Médias do Ceará: População, Taxa de Urbanização (%) e Participação no PIB Estadual (%) 1991-2010.

1991				2000				2010			
Pop.	%	Urb.	%	Pop.	%	Urb.	%	Pop.	%	Urb.	%
	CE		do		CE		do		CE		do

⁷ Embora sejam três cidades, o aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha tem tratamento em comum devido à dinâmica conjunta na polarização e influência exercida pelos três centros conforme abaliza o REGIC 2008. No âmbito da configuração urbana destes núcleos é verificado a existência de uma conurbação ligando os três centros de cidades.

	PIB CE				PIB CE				PIB CE			
Crato-J. do Norte-Barbalha	302.515	4,8	85,8	3,3	36.3810	4,9	87,1	3,8	426.690	5,0	88,8	4,2
Crateús	66.652	1,0	59,9	0,7	70.898	1,0	67,1	0,5	72.812	0,9	72,3	0,5
Iguatu	75.649	1,2	70,2	1,2	85.615	1,2	72,8	1,0	96.495	1,1	77,3	1,0
Itapipoca	77.263	1,2	44,9	0,8	94.369	1,3	51,4	0,8	116.065	1,4	57,6	0,8
Quixadá	72.224	1,1	54,6	1,1	69.654	0,9	67,3	0,6	80.604	1,0	71,3	0,7
Sobral	127.489	2,0	81,5	2,1	155.276	2,1	86,6	3,4	188.233	2,2	88,4	3,0
TOTAL	721.792	11,3		9,1	839.622	11,3		10,2	980.899	11,6		10,2

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 1991; 2000; 2010); PIB's Municipais (IBGE, 1985-2010).

Sendo centros maiores e de hierarquia mais elevada, é natural que sejam detentores das mais altas participações e também melhores desempenhos entre os dois anos nas variáveis observadas. A disposição geográfica dos dois núcleos permite que exerçam polarização alcançando com suas influências a grande parte do território estadual, através da oferta de comércio e serviços diversificados em ambas⁸. Juntamente com as atividades econômicas já analisadas destaca-se o papel dos serviços de educação e saúde. São dois centros com sedes de universidades públicas, institutos tecnológicos e de pesquisa. Possuem também os maiores hospitais do interior do estado.

A cidade média de Sobral, localizada na Mesorregião Noroeste, tem ainda sobre a sua área de influência importantes cidades considerados pelo REGIC 2008 como Centro de Zonas A e B, como Acaraú, Itapajé, Cruz, Camocim, Guaraciaba do Norte, Ipu e São Benedito, formando um subsistema urbano bem articulado. As conexões formadas descreve fortes nexos entre cidade e campo numa Mesorregião com um bom desempenho agrícola em nível estadual, já comprovado anteriormente.

O mesmo processo não ocorre com Crato-Juazeiro do Norte e Barbalha que dispõe de apenas um Centro de Zona B classificado na sua mesorregião, que é a cidade de Brejo Santo. No entanto, é importante lembrar que o aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, exerce grande concentração econômica e populacional sobre a Mesorregião Sul Cearense: este conjunto de cidades participa com 48% e 81% da população e do PIB mesorregional (IPECE, 2010). Motivado por esta concentração bem como pelo fato de se constituir num espaço urbano contínuo, em junho de 2009, foi criada

⁸ Tendo como referência as linhas de transportes coletivo disponíveis na base de dados do REGIC 2008, Sobral e Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha têm ligações respectivamente com outros 42 e 43 municípios de hierarquias inferiores abrangendo a grande parcela do território estadual e também algumas áreas dos estados vizinhos.

a Região Metropolitana do Cariri – RMC, compreendida por esta conurbação e mais seis municípios limítrofes (Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri)⁹.

Complementando o grupo de centros intermediários aqui considerados, os Centros Sub-regionais de Crateús, Iguatu e Quixadá tem perfil de desenvolvimento e inserção regionais parecidos. O contexto de suas mesorregiões, Sertões Cearenses e Centro Sul Cearense, abrangem espaços de predomínio de agricultura de subsistência e pecuária, com atividades tradicionais arrefecidas. Compõem o espaço em que até os anos 1980 dedicava-se quase que com exclusividade ao cultivo do algodão.

O processo de modernização agrícola não contemplou de forma nítida estes espaços e a influência exercida por Crateús, Iguatu e Quixadá abarca uma área com inúmeras pequenas cidades que se enquadram nas denominadas “economias sem produção”¹⁰. Limitada dinâmica foi empreendida com a implantação de empresas extra regionais do setor de calçados¹¹, como parte das estratégias de interiorização da indústria. A área de influência destes centros abrange a zona estratégica de instalação dos empreendimentos deste setor, oferecendo profundas isenções fiscais e mão de obra abundante, deslocadas da agricultura declinante. Seus efeitos maiores são sobre as atividades de comércio que tem crescimento nas duas mesorregiões (Tabela 4).

Dos centros caracterizados como intermédios, o de dinâmica menos expressiva é Crateús, que entretanto também teve empreendimentos implantados no ramo calçadista, como extensão de plantas previamente atuantes em Quixadá e Canindé (CEDE, 2010). Na agricultura, a seletividade espacial ainda não avançou nitidamente na sua incorporação aos circuitos da agricultura moderna se se considera que as principais atividades estimuladas estão voltadas para a pecuária tradicional da ovinocaprinocultura. Se constitui em parcela não inserida na lógica de produção regulada pelo mercado, apontada

⁹ Efetivada pela LCE 78/09. Contudo, a institucionalização da RMC está inserida no amplo debate sobre processos e fatos metropolitanos no Brasil. A sua criação foi muito mais resultado de medidas governamentais agrupada no conjunto de ações objetivando descongestionamento/concentração na RMF do que mesmo por se observar aí o fato metropolitano propriamente. Suas características são muito mais de centro intermediário exercendo influência sobre a área mencionada, que abrange também territórios de estados vizinhos, do que de uma metrópole. Para aprofundamento das características mais gerais de metropolização sugere-se a ver Lencione (2006, p. 45). Sobre a RMC, sobre sua criação e questionamentos acerca da seu caráter de fato metropolitano ver DIÁRIO DO NORDESTE (28/ago/2012).

¹⁰ São casos predominantes no semi árido nordestino onde as economias giram em torno dos recursos advindos de transferências governamentais como a previdência social, as transferências intergovernamentais, o emprego público e as transferências de renda a familiar constituídas pelo Programa Bolsa Família. (ARAÚJO e LIMA, 2009, p. 48).

¹¹ A Dakota S. A. instalou empreendimentos em Iguatu e em Quixadá, empregando em conjunto entre 1.000 a 1.200 trabalhadores. (CEDE, 2010).

por Elias (2007, p. 451), referindo-se ao processo de desintegração competitiva do semiárido com outros espaços cearenses eleitos para a transformação.

O Centro Sub-regional de Itapipoca, com uma localização favorável ao seu crescimento, tem influência sobre algumas cidades que se localizam nas suas proximidades desempenhando relação de conexão entre estas e a capital do Estado. Os fluxos são mais rápidos devido ao fato de estar situada nas extremidades da RMF o que favorece também ao seu crescimento populacional que, dentre os centros em questão obteve o maior crescimento nesta variável, crescendo 2,2% a.a. entre 1991 e 2010.

A funcionalidade dada por estes núcleos urbanos ao avanço do desenvolvimento capitalista no Ceará é requisital para as acomodações da divisão espacial do trabalho. Considerados como intermediários nas articulações da rede urbana em questão, as intermediações que efetuam transferem para os territórios sob sua influência os vetores dos ajustes espaciais. Como derivações está o aumento gradativo de suas participações nas atividades econômicas e na dinâmica populacional.

A sua relação com a atividade industrial é controvertida, diferentemente de casos em que os centros intermediários assumiram papel mais ativo na espacialização das atividades econômicas. No caso de redes urbanas mais equilibradas - que no Brasil tem como exemplo o complexo que se formou no interior de São Paulo a partir da integração cafeeira (CANO, 2002, p. 70) -, a consolidação das condições do desenvolvimento capitalista provoca cada vez mais o deslocamento da indústria para os centros médios movidos por reestruturações que evitam a elevação dos custos de deseconomias de aglomeração (PENALVA, 2010, p 107). No percurso, centros urbanos dotados de infraestrutura e aptos na oferta de economias de escala são os espaços determinados para a expansão da atividade.

Aqui, a relocação para estes centros médios provocadas pela reestruturação se dá em outros padrões, articulada com a reestruturação ampla que impõe maior competitividade. Num macro ambiente de ausência de política industrial coordenada em nível nacional, os locais de destinos de investimentos se convertem, mormente, em meras plataformas receptoras.

O papel desempenhado de intermediários entre o grande centro metropolitano e a vasta hinterlândia rural e de pequenas cidades é ativo. De um lado, sua influência permite arregimentar mão de obra a baixo custo das áreas que lhe são tributárias e, de outro, através da ligação com a metrópole conecta-se ao mercado externo para onde direciona a produção dos seus bens. O mesmo processo é verificado com as atividades

agrícolas e até aprofundado, comprovado no fato de ascensão de algumas cidades a níveis hierárquicos mais elevados em decorrência da modernização das atividades agrícola como foi o caso verificado na Mesorregião Jaguaribe.

Desta maneira, se verificam processualmente as formas de respostas do espaço cearense nos ajustes à dinâmica das mudanças do sistema capitalista mundial, a partir das amarras efetivadas pelo seu sistema urbano. Neles, o papel dos centros intermediários comparece como fundante sob a chancela do Estado condutor de programas, ações e medidas sob a justificativa de avanços modernizantes e interiorização industrial.

3.1.3. A inserção das pequenas cidades.

No decurso dos ajustes tratados, um papel importante é atribuído às pequenas cidades da rede, que se justifica por ser a unidade urbana que mais atributos cumpre nas relações entre cidade e campo, sendo qualificada como a fronteira entre os processos rurais e urbanos (DAMIANI, 2006, p. 135).

Nos estudos clássicos sobre as hierarquias urbanas, o grau de influência dos centros refere-se às complexidades dos bens e serviços que justificam os fluxos¹². Sendo as cidades pequenas a expressão de mais baixo nível no exercício das influências, esta complexidade se revelaria portanto mais baixa, associada às funções de consumo imediato e reprodução das condições de vida, caracterizando-as como cidades locais (SANTOS, 2008, p. 56). As pequenas aglomerações urbanas não se desvinculam assim do papel de cidade econômica estratégica em decorrência do seu tamanho e tal ação é importante à medida que a modernização capitalista alcança a agricultura, dado o seu atributo de conexão entre cidade e campo acima destacado.

Todavia, Damiani (2006, p. 137) expõe que a apropriação dos avanços da modernidade pelas pequenas cidades ocorre de maneira residual por se localizarem na ponta inferior da articulação de um modo de produção que é eminentemente urbano. Em realidades periféricas, o aprofundamento deste pressuposto é válido quando funcionalmente convivem estruturas de produção com diferentes temporalidades como no caso das formas pré-capitalistas que, no caso da agricultura do Nordeste, são ainda tão presentes em relações não assalariadas como as parcerias na produção pelo uso da terra.

A não homogeneidade da modernização da agricultura se apresenta mais profunda no contexto cearense. As modificações empreendidas foram conduzidas pela

¹² Os estudos mencionados tratam das sistematizações partindo dos conceitos de alcance máximo e mínimo que fundamentam a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, e dos posteriores aperfeiçoamentos.

seleção de determinados espaços avaliados como potenciais à implementação de uma agricultura competitiva e voltada para o mercado externo. Os pequenos centros urbanos destes espaços adquiriram dinâmica concernente às transformações acarretadas.

Em contrapartida, dado o caráter restrito proporcionado pela eleição de espaços com a implantação de modernos polos de agricultura irrigada, os pequenos centros urbanos não incluídos nestas áreas continuam a exercer funções de fronteira entre processos urbanos em mutação, e processos rurais reprodutores de velhas estruturas.

A sua magnitude é observada quando se leva em conta os mesmos indicadores já apresentados para as cidades intermediárias revelando inclusive o papel que estas cumprem ao exercer influência sobre as pequenas cidades. Ao se versar sobre uma conexão intermediária, está se tratando de uma articulação entre grandes cidades signo do capitalismo moderno e internacionalizado e um universo imenso de população, recursos e margens ociosas de expansão a serem mobilizados, constituídos pelos pequenos centros.

Na Tabela 10 observa-se que embora com uma redução na participação da população total do estado, o contingente populacional residente nas pequenas cidades do Ceará em 2010 era superior a um terço (39,2%) e, ainda que com taxas menores, continuou tendo um crescimento populacional positivo de 1,3% a.a. e 1% a.a. nos períodos de 1991-2000 e de 2000-2010, estando um pouco abaixo dos crescimentos da população estadual (1,7% a.a. e 1,3% a.a. para os mesmos períodos).

Tabela 10 – Cidades Pequenas do Ceará: População, Taxa de Urbanização (%) e Participação no PIB Estadual (%) 1991-2010.

	População	% CE	Urb.	% do PIB CE	% do PIB Agrícola Estadual
1991	2.673.158	42,0	39,6	22,9	64,54
2000	3.000.988	40,4	48,7	21,9	70,47
2010	3.310.127	39,2	54,6	22,8	68,42

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 1991; 2000; 2010); PIB's Municipais (IBGE, 1985-2010).

O aumento no grau de urbanização destas cidades, de 39,6% em 1991 para 54,6% em 2010 pode revelar algumas faces dos movimentos demográficos como um possível padrão *step-wise* de deslocamento da população começando o movimento pelo êxodo rural para estes pequenos centros¹³. Entretanto, essa constatação carece de

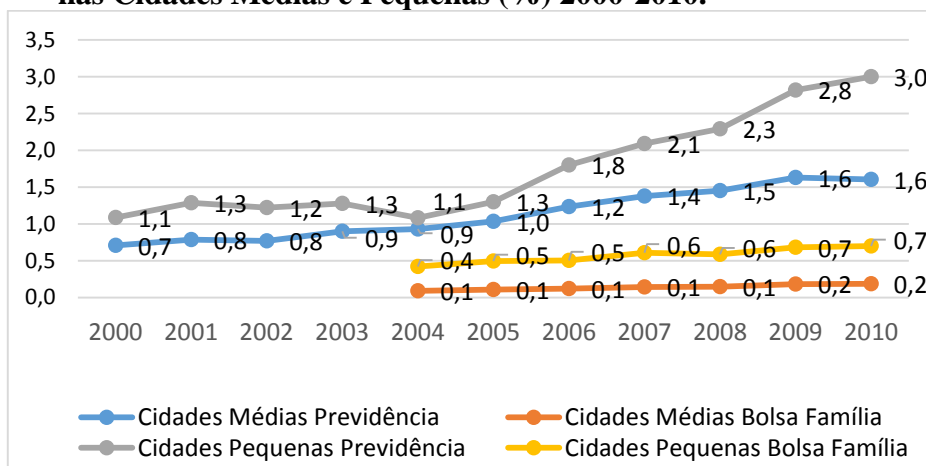
¹³ Segundo Corrêa (2011, p. 31) é o padrão de migração com realização de itinerário em etapas por centros urbanos com hierarquias maiores.

melhores aprofundamentos, com uma dedicada análise dos indicadores populacionais por um período de tempo mais longo, estabelecendo sequencialmente comparações com centros de níveis hierárquicos maiores.

A expansão da participação destes municípios no PIB Agrícola estadual é decorrente de dois fatores. O primeiro é por abranger aqueles pequenos centros que agregam os espaços de implantação da agricultura moderna como Icapuí, Quixeré, Morada Nova (na Mesorregião Jaguaribe), Ubajara e Ibiapina (na Mesorregião Noroeste Cearense), Mauriti (na Mesorregião Sul Cearense). Juntos estes centros abrangeram em 1985, 2000, 2010, respectivamente 6,7%, 11,1% e 14,1% do total do PIB Agrícola dos pequenos centros aqui considerados (IBGE, 2010), se responsabilizando portanto por boa parcela daquele crescimento apresentado na Tabela 10. O segundo fator decorre do menor peso da agropecuária em outros grupos de municípios (as cidades intermediárias e a RMF), onde os serviços e a indústria detêm participações mais amplas e diversificadas.

Levando em consideração estes fatores, se excluído do grupo as cidades da agricultura modernizada, é plausível a conclusão de que a dinâmica econômica prevalecente no grupo de cidades pequenas do Ceará é limitada, reservando-lhes um perfil econômico vulnerável e dependente. São espaços se observam a reprodução daquelas “economias sem produção” a que se fez referência em outra parte do trabalho. As economias giram em torno dos recursos advindos de transferências governamentais como a previdência social, as transferências intergovernamentais, o emprego público e as transferências de renda a familiar constituídas pelo Programa Bolsa Família. (ARAÚJO e LIMA, 2009, p. 48). O Gráfico 2 oferece um panorama a este respeito.

Gráfico 2 – Ceará: Recursos de Previdência e Bolsa Família como proporção do PIB nas Cidades Médias e Pequenas (%) 2000-2010.



Fonte: Elaboração a partir de dados de Finanças Públicas Regionalizadas do IPEADATA.

¹ Foram consideradas as despesas com Previdência Municipal.

² Base de dados disponíveis somente a partir de 2004.

Estabelecendo uma comparação com o grupo de cidades intermediárias, de nível hierárquico imediatamente superior, observa-se que os dois componentes aqui utilizados têm peso maior nas pequenas cidades. É confirmado a relevância dos recursos da previdência, que para ambos os grupos tem importância maior e com tendência ascendente nas pequenas cidades principalmente nos últimos cinco anos. A magnitude da elevação pode ser melhor apreendida quando se tem em conta que o PIB deste estrato de cidades elevou-se 4,8% a.a. entre 2000 e 2004¹⁴. Confirma-se o processual avanço de “acomodação social e urbana” nestes espaços que se dá na ausência de expansão nas atividades produtivas e de investimento público (CANO, 2011, p. 284). Em menor proporção, a partir de 2004, o Programa Bolsa Família somou-se ao conjunto de transferências com o mesmo perfil.

Vai se constituindo também nesta arena fatores que de uma forma ou de outra se propiciam aos ajustes espaciais mobilizando os arranjos disponíveis e congelando/imobilizando outros para serem ativados quando as determinações do desenvolvimento capitalista, a partir de suas articulações macro, se renovarem.

Tal movimento é esgarçado em tempos de ausência de um coordenado projeto nacional de desenvolvimento com coesão multi escalar, onde a inserção externa preside os caminhos a percorrer, imperando a lógica de apropriações espaciais segregadas, sob rubrica do Estado. (BRANDÃO, 2007)

4. Considerações Finais.

Conforme apontado na Introdução, buscou-se com o presente trabalho observar o processo de seletivo espacial advindo com os ajustes mobilizados pelas transformações econômicas recentes e funcionalizados pelo sistema urbano no estado do Ceará.

Acompanhando as transformações macro conjunturais cujo ápice foi a reversão no paradigma de regulação com a emergência do padrão neoliberal de intervenção, o Ceará vivenciou a partir de meados dos anos 1980 um conjunto de alterações figuradas na política e na economia com fortes efeitos territoriais. Ancoraram as transformações um conjunto de medidas pautados na renovação administrativa, na modernização

¹⁴ Somando os PIB's municipais dos 150 municípios agrupados como centros de pequeno porte, em 2000 era de R\$ 22,6 milhões elevando-se para R\$ 34,7 milhões em 2010 (IBGE, 2010).

produtiva puxada pela agricultura irrigada, atração de empreendimentos industriais via subsídios, melhorias infra estruturais.

Em resposta à problematização colocada, observou-se de fato a consolidação dos três perfis de arranjos estruturais urbanos articulando os ajustes espaciais na proposição harveyana de atendimento às convocações das transformações da acumulação capitalista na contemporaneidade.

Além da renovação do processo de metropolização, com espraiamento populacional e produtivo, forte macrocefalia exercida por Fortaleza e sua RM, emergem um grupo de núcleos formado por alguns centros médios focos da atração de empreendimentos na maioria das vezes no setor calçadista. São polos intermediários entre a metrópole e as áreas mais rurais e nas classificações dadas pelo estudo REGIC 2008 do IBGE, que trata das hierarquias urbanas a partir do exercício de influências, estes centros são considerados como núcleos de média hierarquia, conectando hinterlândias adjacentes em prol da drenagem de recursos que forjam os mecanismos de ajustes. Na ponta inferior e mais próximo da ligação entre o rural e o urbano as pequenas cidades compreendem ao núcleos que congregam as grandes reservas a serem mobilizadas pela modernização em processo, ora protagonizada de forma espacialmente segregada ao se restringir aos espaços propícios à fruticultura irrigada pra exportação.

Estes três arranjos – metrópoles, cidades médias e cidades pequenas – conduzem as (re)conformações espaciais das mudanças expressas na rede urbana e confirmam a hipótese de ajustes da rede cearense como implicação da dinâmica de mudanças do desenvolvimento capitalista. Suas aproximações aos requerimentos macro conjunturais são marcantes: a metropolização intensificada, conectando diretamente aos circuitos globais, a emergência de pequeno número de centros intermediários coadjuvando estas conexões e um extenso complexo de pequenas cidades vinculadas ao rural predominantemente tradicional e imutável, à exceção daquelas áreas selecionadas pela agricultura moderna.

Assim, pode-se constatar o factual processo de “*spacial fix*” indicado por Harvey (2005) em suas análises sobre os desdobramentos das contradições do modo de produção capitalista sobre o espaço. Segundo evidenciou-se, estes ajustes conformadores da rede urbana resultam de movimentos reestruturantes colocados como escape às crises capitalistas onde “espaço e a localização então aparecem como fontes de mais-valor para os capitalistas individuais” (HARVEY, 2013, p. 502).

Referências Bibliográficas.

- AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. In: BOZARCCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. e DANTAS, E. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- BERNAL, C., **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC; BNB, 2004.
- BRANDÃO, C. B. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas: EDUNICAMP, 2011.
- _____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005)**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.
- _____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- CEDE. Conselho Econômico de Desenvolvimento Estadual do Ceará. **Protocolo de Empresas Incentivadas Instaladas**. 2010
- CORREIA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2011.
- _____. **Estudos sobre rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **O espaço urbano**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, 1995. (Série Princípios).
- _____. **A rede urbana**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1994. (Série Princípios).
- COSTA, M. C. L. da e AMORA, Z. B. **Transformações nas cidades médias do Ceará (Brasil)**. Anales del XII Encuentro de Geógrafos de America Latina. Montevideo, Uruguai, 3 y 7 de abril de 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/246.pdf>. Acesso em 20/jun/2012.
- DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G., ARROYO, M. e SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. p. 135-147.
- DANTAS, E. W. C e SILVA, J. B. A formação histórica da metrópole e principais tendências do desenvolvimento. In: PEQUENO, L. R. (org.) **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Letra Capital, 2009. p. 1-36.
- DIÁRIO DO NORDESTE. **Região Metropolitana tem eficácia questionada**. Caderno de Política. 28/ago/2012.
- ELIAS, D. **Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense**. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Volume 2. Número 3. p. 61-69. jan/jun 2003.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- GOUVEIA, R. G. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **The enigma of capital: the crises of capitalismo.** London, UK: Profile Books, 2010.

_____. **A produção capitalista do espaço.** Trad. Carlos Szlak. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Região de Influência de Cidades – REGIC.** Brasília, DF: FIBGE, 2008

_____. **Censos Demográficos.** Anos Selecionados..

LENCIONE, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. da, FREIRE, D. G. e OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.) **Metrópole: governo, sociedade e território.** Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

LIMA JÚNIOR, F. O de. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará no período de 1980-2010.** Campinas. SP: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado) 262p.

MACEDO, F. C. de, LIMA JÚNIOR, F. O. de e MORAIS, J. M. L. de. **Dinâmica econômica e rede urbana cearense no início do século XXI.** Revista REDES, Santa

PARENTE, J. e ARRUDA, J. M A **Era Jereissati: modernidade e mito.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PEQUENO, L. R. B. (Org. **Como anda Fortaleza?** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas: Ensinando sobre o Urbano e a Região.** Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

RUFINO, M. B. C. **Desenvolvimento industrial e organização espacial: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza.** Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis, SC. 25 a 29 de maio de 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5ª. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Editora Nobel, 1985.

SECEX – MDIC. Dados de Exportações municipais. 2013

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L. e SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Editora Contexto, 2012.